

Governadores debaterão a Constituição

São Paulo — Os governadores do PMDB deverão se reunir — possivelmente em agosto — para discutirem os pontos que consideram prioritários e que devam ser incluídos na nova Constituição brasileira. O governador Orestes Quéricia, um dos organizadores do encontro, explicou ontem que cada um está procurando, em seu Estado, levantar as principais questões, que depois, serão discutidas em conjunto por todos. A realização do encontro cresceu depois que os governadores, unidos, conseguiram alcançar seus objetivos na convenção nacional do PMDB, que era o de evitar a definição da duração do mandato do presidente José Sarney e do regime de Governo. O próprio Quéricia esclareceu ontem que a unidade do PMDB deve-se à união dos governadores, motivo pelo qual querem agora discutir os pontos básicos que devem constar na nova Constituição.

Ainda não há data nem local definidos para a reunião dos governadores. E nem mesmo é certo que eles lancem qualquer tipo de documento, mas cada governador deverá apresentar às suas bancadas federais as sugestões e prioridades que serão discutidas. Pessoalmente, Quéricia acredita que a Constituição deve ter um número restrito de artigos, explicando que uma Constituição muito longa "acaba entrando em detalhes desnecessários". Mas ele acha que a Constituição deva estabelecer critérios gerais e não se fixar em questões que podem ser definidas através de leis ordinárias, como é o caso da estabilidade no emprego.

Quéricia almoçará quarta-feira com o presidente José Sarney, em Brasília, e esse é um dos assuntos que irá discutir com ele.

Planalto não nega desejo de ampliação

O Governo está aberto para acolher todo o apoio necessário ao seu Governo oferecido por outros partidos que não o PMDB e PFL, mas a sua base de sustentação política continuará sendo, preferencialmente, dos dois partidos, que permanecerão dividindo os cargos federais, de comum acordo. A informação é do ministro Ronaldo Costa Couto que, embora negando a disposição do Palácio do Planalto em estimular a formação focal de um bloco suprapartidário, disse haver orientação para atrair novos apoios e advertiu:

«Nenhuma hipótese pode ser descartada».

«Na medida em que esses apoios se manifestem, o Presidente está aberto para acolhe-los, porque todo Governo se interessa pelo maior apoio político possível. Agora, a base de sustentação é a base da nova República, é a Aliança Democrática portanto, o PMDB e PFL», disse Costa Couto.

O Ministro disse que o Governo não está pensando em modificar a sua composição quanto a distribuição de cargos. «Não está previsto e tudo será feito de comum acordo com os partidos que apoiam o Governo: o PMDB e PFL», afirmou — e garantiu que o presidente José Sarney preencherá muito em breve os cargos vagos. «Tudo isso será resolvido a seu tempo e esse tempo não demorará» — com as presidências da Caixa Econômica e do Banco da Amazônia. «Isso está sob exame do presidente Sarney, ele está tomando decisões a respeito dos cargos que estão vagos», disse.

Mesmo minimizando as articulações para formação de um bloco suprapartidário, Costa Couto fez questão de frisar que «todo apoio será bem vindo», deixando escapar que a ampliação da base política do Governo «é orientação». Segundo o ministro, «todos os Constituintes que quiserem se solidarizar com o Governo e apoiar o esforço de construção tem espaço», porque «o Governo não dá cartão vermelho para quem quer apoiá-lo».

Quanto ao preenchimento dos cargos federais vagos, Costa Couto relacionou alguns critérios que o presidente José Sarney levará em conta para os convites: «Verificar a competência, a probidade, o perfil das pessoas, a performance, a capacidade de atuar dentro da política do Governo. É isso que o Presidente quer e o equilíbrio político naturalmente também é observado. Mas isso também é discutido com as principais lideranças que apoiam o Governo».

Câmara deliberará sobre o controle do Executivo

ARQUIVO 20/7/87



Afonso Arinos (E) e Haroldo Lima analisam a agenda da Carta

Mesa deve estudar o novo calendário

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, recebeu ontem sugestões do deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA) e do senador Virgílio Távora (PDS-CE), sobre modificações no calendário proposto pelo deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ) para a realização de sessões extraordinárias da Constituinte, visando a discussão de temas específicos do Projeto de Constituição, a partir do dia 4 de agosto.

Ulysses considerou boas as duas sugestões, que têm como objetivo, essencialmente, garantir o espaço dos pequenos partidos nos debates, e prometeu submeter às lideranças partidárias uma proposta definitiva da Mesa da Constituinte no máximo até sexta-feira: «Desejo ouvir as lideranças porque esses debates lhes pertencem. No primeiro exame que fiz, no entanto, vi que a proposta inicial não dava oportunidade a todos os partidos, o que não acho justo. Acredito que até quinta ou sexta-feira, teremos uma solução para estas sessões».

A sugestão da Távora amplia o número de períodos de inscrição de oito para doze Parlamentares por sessão, o que permite a participação de representantes de todos os pequenos partidos, pelo menos uma vez, durante os debates — o

senador sugere ainda a alternativa da realização de sessões noturnas, em lugar de matutinas, para possibilitar que as sessões sejam mais longas, sem atrapalhar as sessões ordinárias da Constituinte, que começam sempre às 14 horas.

Já Haroldo Lima propõe a realização de até duas sessões para os temas com maior número de inscritos, aproveitando as manhãs de segunda-feira e as tardes de sexta-feira. No documento entregue a Ulysses, que vem em nome da bancada do PCdoB, ele defende a inversão de alguns temas no calendário, transferindo a discussão da Reforma Agrária, por exemplo, da quinta para a quarta-feira, que a seu ver é um dia mais apropriado porque concentra em Brasília o maior número de constituintes. E o seguinte o calendário proposto pelo PCdoB: dia 4/8 — Estados, municípios e União; dia 5/8 — Reforma agrária; dia 6/8 — Educação; dia 11/8 — Direitos trabalhistas e liberdade sindical; dia 12/8 — Economia, propriedade e estatuto da empresa nacional e estrangeira; dia 13/8 — Regime de Governo; presidencialismo ou parlamentarismo; dia 18/8 — Reforma urbana; dia 19/8 — Sistema eleitoral, voto distrital ou proporcional e dia 20/8 — Saúde e previdência.

Tramitação pára em Ulysses

O projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que veda a conversão da dívida externa, no todo ou em parte em capital de risco, em território nacional, foi aprovado pela Comissão de Sistematização, em sua última reunião no dia 11 de julho, antes do início das discussões em plenário do projeto de Constituição do relator, deputado Bernardo Cabral.

O projeto recebeu parecer contrário de Cabral sobre a sua pertinência, já que se tratava de medida que ameaçasse os trabalhos da Constituinte, mas mesmo assim foi discutido e aprovado pelo plenário da Sistematização. O

lider do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna apresentou questão de ordem, dois dias após a aprovação do projeto, pedindo a anulação da votação, por ter sido realizada num sábado, o que é proibido pelo Regimento Interno da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães não respondeu à questão de ordem de Sant'Anna e nem enviou o projeto ao plenário da Constituinte para deliberação. O Regimento Interno não estabelece um prazo para que o presidente da Constituinte coloque o projeto de decisão na Ordem do Dia plenário o que explica o não envio do texto por Ulysses, que pode retê-lo em suas mãos por tempo indeterminado.

Deputada adverte para inexistência de debate

Dos 559 constituintes, apenas 141 se encontravam ontem no Congresso e desses, apenas 20 se revezaram na sessão para discutir o projeto de Constituição. Tal constatação levou a deputada Irma Passoni (PT-SP) a fazer um comentário antes de iniciar o seu pronunciamento sobre a questão urbana: «A Casa não tem aceito o desafio de fazer um debate sério, profundo, sobre os temas que afligem a Nação».

A deputada advertiu em seguida que muitos parlamentares não estão interessados em debater, porque cada partido está se preparando para apresentar o seu substitutivo ao projeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o que considerou grave. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, aproveitou para observar que, de sua parte, não partiu nenhum endosso a substitutivos que não sejam da autoria do relator.

No seu pronunciamento, Irma

Passoni disse ainda que uma reforma do uso do solo urbano é tão importante como a reforma agrária. Pediu a desapropriação por títulos da dívida pública, o usucapião urbano, a participação e o controle popular na gestão dos equipamentos públicos. Disse ainda que a violência urbana está se transformando em uma guerra civil. Como exemplo informou que só em São Paulo, morreram 36 pessoas vítimas da violência no último fim de semana.

Autonomia regional

Apesar do apelo da deputada petista, ninguém pediu aparte para contestar seu pronunciamento. Os outros quatro oradores inscritos para falar sobre temas constitucionais também despertaram pouco interesse do plenário vazio. Wilson Martins, senador pelo PMDB do Mato Grosso do Sul, fez críticas ao texto da reforma agrária no projeto, que na sua opinião, está pior que o Estatuto da Terra, de 1964.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, reúne na próxima quarta-feira a Mesa daquela Casa para deliberar sobre a formação da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara sobre os atos administrativos do Poder Executivo. A informação é do deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA) que cobrou ontem de Ulysses o início dos trabalhos da comissão, cuja regulamentação foi aprovada pela Mesa desde o dia 15 de maio de 1985, com parecer favorável ao Projeto de Resolução para esse fim, de autoria do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ).

Segundo Haroldo, a Comissão de Fiscalização e Controle será formada por 27 parlamentares, faltando apenas solicitação da Mesa da Câmara para que os vários partidos políticos indiquem os seus membros. Para o parlamentar, é imprescindível que a comissão comece a trabalhar o mais rápido possível, para discutir questões como, a dívida externa brasileira e a reforma agrária, que estão entre as mais polêmicas a serem votadas pela Constituinte: «Esta comissão está prevista desde a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 7.295 de 1984 e até agora ainda não foi oficialmente formada. Cobrei do Ulysses e ele me garantiu que na próxima semana envia requerimento aos partidos para indicação dos parlamentares que a compõem».

Desrespeito

Haroldo Lima afirma que os trabalhos da Constituinte têm se caracterizado pelo total desrespeito do Executivo em relação às suas deliberações e acusa o deputado Ulysses Guimarães de ser cúmplice desta situação: «Em relação à conversão de parte da dívida externa do País em capital de risco pelas empresas estrangeiras, por exemplo, esta situação é bem nítida. Há 16 dias a Comissão de Sistematização aprovou um Projeto de Decisão, do deputado Paulo Ramos vedando, sob qualquer fórmula, a conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco em território nacional. O Regimento Interno prega que o Projeto de Decisão aprovado na Sistematização deve ser imediatamente enviado ao Plenário da Constituinte para deliberação, mas até hoje a Mesa da Constituinte não o encaminhou. Enquanto isso o Banco Central e o Executivo anunciou um projeto justamente para a conversão da dívida em capital de risco, sem levar em consideração o Projeto de Decisão da Constituinte. Levantei uma questão de Ordem hoje ao Ulysses e ele nada me respondeu, o que demonstra a sua cumplicidade com o Banco Central».

